

Governistas atacam orçamento no Congresso

VICENTE DIANEZI

Alguns dos parlamentares de quem o governo precisa para aprovar seu projeto de reforma fiscal, destinado a aliviar as contas da União, são os que nos últimos tempos vêm apresentando no Congresso Nacional propostas em sentido contrário: tirar mais dinheiro da União em favor dos Estados e municípios pelos quais eles se elegem. A começar pelo líder governista no Senado, Marco Maciel (PFL-PE), que desde março passado está de olho nos recursos do salário educação: com a sua aprovação perdem tanto a União como os Estados das regiões Sudeste e Sul.

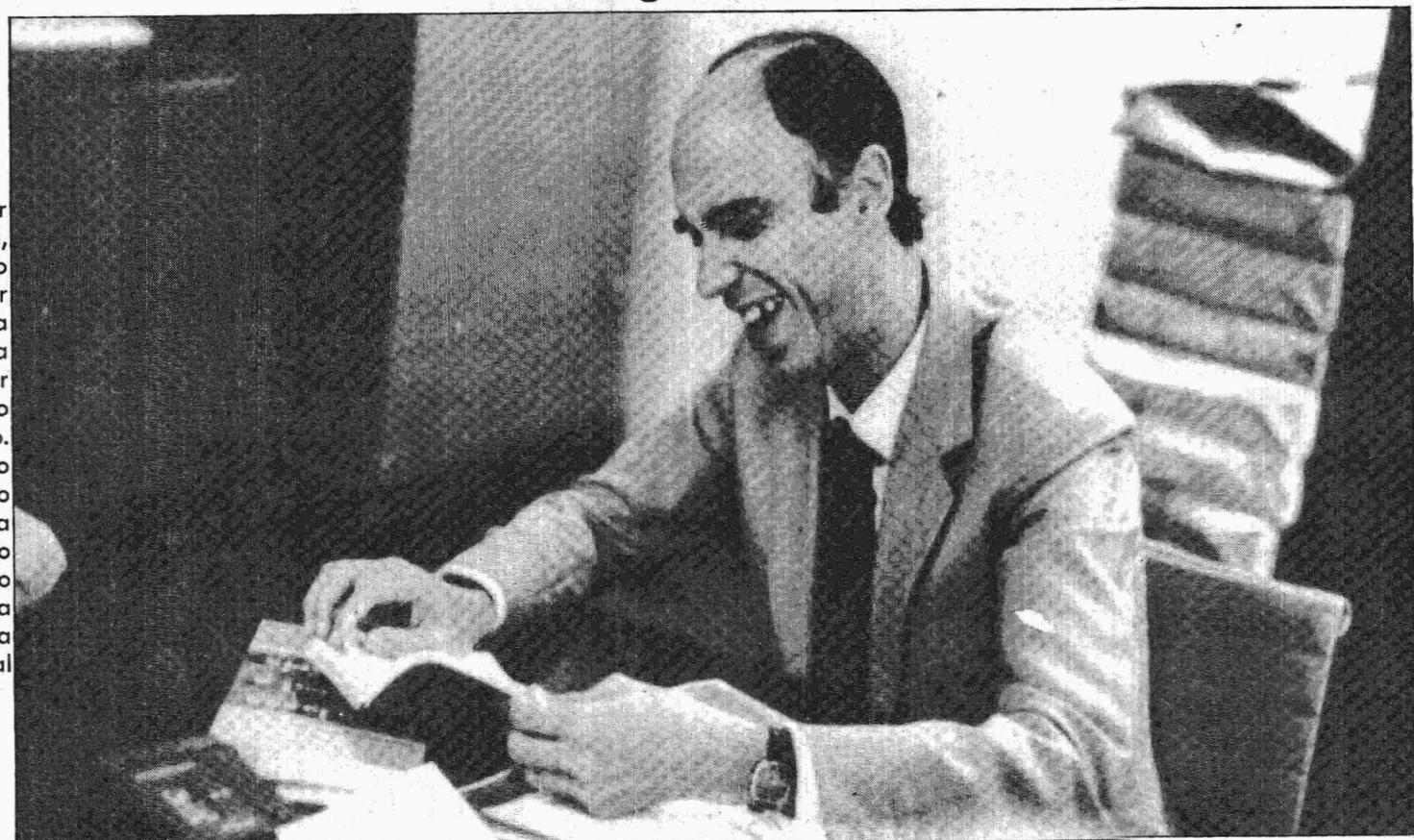
Outro parlamentar das hostes governistas, o deputado mineiro, Getúlio Neiva (PRN), está propondo que 40% dos recursos do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), que hoje ficam integralmente nos cofres da União, tomem o mesmo destino: as regiões Norte/Nordeste/Centro-Oeste.

Outros projetos

Existem hoje pelo menos dez projetos em discussão no Congresso destinados a retirar mais recursos da União. Os principais são os seguintes:

● O senador Marco Maciel quer que os recursos do salário educação, algo em torno de US\$ 1,5 bilhão anuais, sejam integralmente transferidos em partes iguais para Estados e Municípios. A União perde uma fatia de US\$ 500 milhões que detém hoje. São

O senador Marco Maciel, líder do Governo, quer dinheiro da União para engordar o salário educação. A proposta no Congresso contraria a meta do próprio governo para a reforma fiscal



Arquivo/AE

Paulo, por exemplo, que fica atualmente com US\$ 645 milhões teria sua participação reduzida para US\$ 210 milhões. O Rio de Janeiro também perderia de US\$ 208 milhões para US\$ 68 milhões.

● Também o deputado Waldeck Ornelas (PFL-BA) está preocupado com os recursos do salário educação. Ele sugere que a fatia da União caia para US\$ 100 milhões e a de São Paulo seja reduzida para US\$ 450 milhões. Os argumentos de ambos os parlamen-

tares são os mesmos: "O grande déficit de escolaridade é mais grave nas regiões mais pobres do País".

● Já o deputado Getúlio Neiva (PRN-MG) quer que 40% dos recursos do IOF, cerca de US\$ 2,4 bilhões, passem a fazer parte do FPE e FPM (Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios). Esses fundos, até agora, são formados por recursos do Imposto de Renda e do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

Assim, o FPE pularia de US\$ 6,2 bilhões para US\$ 7,4 bilhões e o FPM passaria de US\$ 6,5 bilhões para US\$ 7,7 bilhões. Hoje, por força de lei, 85% dos recursos do FPE vão para os Estados das Regiões Norte/Nordeste/Centro-Oeste e os 15% restantes para o Sudeste/Sul.

Também há em discussão no Congresso projetos folclóricos sobre o tema como o do deputado João Maia (PMDB-AC). Ele sugere que seja aplicado no critério

de distribuição dos recursos do FPM um "fator de preservação ecológica".

Pelo seu raciocínio, as regiões cobertas por florestas, como o seu Estado, precisam ser compensadas porque o sentimento ecológico nacional prejudica o desenvolvimento econômico e social. "Essas transferências de recursos estão enfraquecendo os Estados mais fortes do Sul", adverte o economista e senador, Eduardo Suplicy (PT-SP).

